



Capital registra 8 mil reclamações de poluição sonora, em um ano



Escola funcionava na residência da proprietária, no Alto do Mateus, na Capital

Escolas clandestinas funcionam como “depósitos de crianças”

O MP pediu o fechamento de escolas de educação infantil e berçários clandestinos localizados na Capital que não apresentam as condições mínimas de funcionamento. Em CG, turmas do maternal de uma creche estadual também foram fechadas porque as crianças não tinham onde sentar. **Página 7**

A Secretaria de Meio Ambiente de João Pessoa recebe, em média, 17 reclamações por dia relacionadas aos transtornos causados pelo barulho excessivo. Atualmente, a poluição sonora é o problema ambiental que mais

preocupa as populações urbanas no País. O MPPB, órgãos ambientais e Secretaria de Segurança Pública vão atuar em parceria e estruturar as polícias civil e militar para combater o problema, em todo o Estado. **Página 3**

Fornecimento de água é garantido

Em Mamanguape, a Promotoria do Consumidor entrou na Justiça contra a Cagepa para obrigá-la a fornecer água aos moradores dos bairros

Gurguri e Sertãozinho, que há sete meses estavam desabastecidos. Obras de expansão da rede de abastecimento devem ser iniciadas. **Página 5**

MP constata irregularidades e concursos são cancelados **Página 4**

Fábrica de arroz é interditada em Riacho dos Cavalos **Página 8**

CONSUMIDOR



PÁGINA 8

Operação acaba com esquema de combinação de preços do gás de cozinha

PATRIMÔNIO



PÁGINA 5

Obras do Museu de Princesa Isabel estão paradas há quatro anos; MP cobra conclusão

INFÂNCIA



PÁGINA 6

Fecomp quer mais transparência nos gastos com políticas públicas para crianças e adolescentes

CIDADANIA



PÁGINA 8

Torcidas assinam TAC e se comprometem a lutar contra a violência nos estádios

ESPAÇO DO LEITOR

“A ação do Ministério Público para garantir a certidão de nascimento é muito importante. Muitas crianças no Interior não têm registro. Conheço jovens da minha idade que não sabem nem o dia em que nasceram.”

Bruno Gomes de Araújo, Santa Rita



“Parabenizo pelo jornal, essa valiosa iniciativa. Sou presidente da Associação dos Moradores do Residencial Serra da Borborema, onde vários benefícios foram conquistados com o apoio imprescindível do Ministério Público da Paraíba, que atuou em defesa dos direitos da população.”

Jacqueline Guimarães, Campina Grande

“É louvável a iniciativa da Promotoria de Justiça de cobrar a construção de casas-abrigos para apoiar as mulheres que sofrem com a violência doméstica.”

Antônio de Oliveira, João Pessoa

Participe do *Jornal do Ministério Público Social*, enviando sugestões e opiniões para o e-mail jornal@mp.pb.gov.br.

APRENDENDO DIREITO

AÇÃO CIVIL PÚBLICA (ACP): é a ação pela qual o Ministério Público e as pessoas jurídicas públicas ou privadas ingressam na Justiça para proteger o patrimônio público e social, o meio ambiente, o consumidor, ou ainda, quaisquer interesses difusos e coletivos, para pedir a responsabilização e, conseqüentemente, a reparação pelos danos causados.

JORNAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Social

Procurador geral de Justiça
Oswaldo Trigueiro do Valle Filho
Subprocurador-geral de Justiça
Nelson Lemos
Corregedor-geral
Paulo Barbosa
Secretário-geral
Bertrand Asfora
Coordenador do 1º Caop
Adrio Nobre Leite
Coordenador do 2º Caop
Luís Nicomedes

Ministério Público da Paraíba
Procuradoria Geral de Justiça
R. Rodrigues de Aquino, s/n, Centro
CEP: 58.013-030 - João Pessoa/PB
Tel.: (83) 2107-6000
Site: www.mp.pb.gov.br

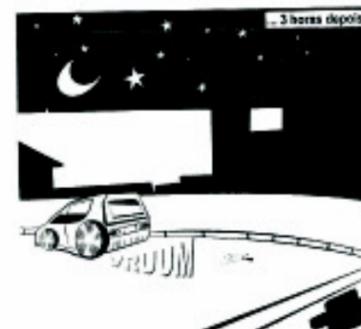
Jornalista Responsável
Cristina Fernandes - DRT: 826/05-68

Projetos Editorial e Gráfico e Diagramação:
Cristina Fernandes

Integrantes da Assessoria de Imprensa do MPPB
Almira Félix, Lila Santos, Alexander Carvalho, Cristina Fernandes
Fotografia
Daniel Félix
Chargista colaborador
Euclécio Fernandes

Assessora de Imprensa
Eloise Elane

Tiragem: 5.000 exemplares



ARTIGO

Poluição sonora

CAROLINE FREIRE MONTEIRO DA FRANCA

Mais que um desconforto acústico, a poluição sonora representa um dos principais problemas ambientais dos grandes centros urbanos, causando inúmeros prejuízos à saúde e à qualidade de vida das pessoas.

Especialistas da área de saúde auditiva alertam que a perda da audição é apenas uma das graves consequências que podem advir do aumento imoderado das condições sonoras em um determinado ambiente. São também os ruídos responsáveis por vários outros reveses como insônia, estresse, distúrbios neurológicos, cardíacos, circulatórios, gástricos e sociais.

Evitá-la, portanto, é conduta que se faz premente e indispensável. Escutar música em volume moderado, fechar as janelas do automóvel em locais de trânsito barulhento, fazer uso de protetor auricular em locais de trabalho muito ruidosos, não gritar em ambientes fechados são comportamentos que devem ser adotados. Mas, muitas vezes, combater a poluição

sonora extrapola o âmbito individual de atuação.

Cultos religiosos, aeroportos, veículos automotores, bares e casas noturnas são atualmente as principais fontes poluidoras. A Lei 9.605/98, em seu artigo 54, enquadra a poluição sonora como crime ambiental. Para tanto, deverá a mesma ser apta a ocasionar danos à saúde humana ou provocar a mortandade de animais.

A sociedade deverá utilizar esse tão relevante instrumento jurídico a seu favor para aprimorar a qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

Caroline Freire

Monteiro da Franca

é promotora de Justiça e integrante da Equipe Especializada em Meio Ambiente e Urbanismo do Ministério Público

JP recebe 8 mil reclamações de poluição sonora

Veículos, bares e restaurantes são principais poluidores; MPPB, órgãos ambientais e Seds vão atuar em parceria

Oito mil reclamações relativas à poluição sonora foram registradas na Secretaria de Meio Ambiente da Capital, em 2009. Embora não haja estatísticas nos demais municípios, esse é o problema ambiental que mais aflige as populações urbanas na Paraíba e no País.

Por conta disso, o Ministério Público vai atuar em parceria com órgãos ambientais e secretarias para enfrentar o problema. Em abril, a Equipe Especializada em Meio Ambiente e Urbanismo do MPPB recomendou à Secretaria de Segurança e Defesa Social (Seds) que a poluição sonora seja combatida pelas polícias militar e civil, em todo o Estado. “Dependendo do potencial ofensivo, a poluição sonora pode ser contravenção penal ou crime ambiental e ambos

são de ação penal pública incondicionada, o que significa dizer que a polícia tem o dever de reprimir de ofício, sem esperar a recomendação do MP”, explicou o promotor de Justiça José Farias.

O MP também recomendou a celebração de convênio entre a Seds e a Superintendência do Meio Ambiente da Paraíba (Sudema) para a contratação emergencial de fiscais que ficarão responsáveis em fazer a medição dos níveis da emissão de sons e ruídos durante as diligências.

Até o final do ano, o MP vai promover cursos de capacitação sobre a repressão à poluição sonora aos policiais.

Na primeira semana de maio, 20 delegados e os oficiais do 20º Batalhão da Polícia Militar vão participar da primeira capacitação, em Campina Grande.



Amplificadores usados para prática de poluição sonora serão retirados dos carros

Veículos serão apreendidos

A atuação da polícia prevê a apreensão dos veículos utilizados para a prática da poluição sonora, conforme estabelece resolução do Conselho Nacional de Trânsito.

Os amplificadores de som usados por veículos e estabelecimentos que desrespeitarem o limite de emissão de barulho permitido

por lei serão retirados. “Além de responderem por crime, os poluidores pagarão multa administrativa, cujo inadimplemento enseja a execução fiscal sujeitando a penhora do próprio veículo para o pagamento da multa e indenização por danos morais à coletividade, além da perda do equipamento do som”, alertou José Farias.

GIRO PELAS PROMOTORIAS

Atendimento ao Cidadão

O Serviço de “Atendimento ao Cidadão” do Portal do MP Social realizou, em 30 dias de funcionamento, 68 atendimentos. Mais de 60% deles são referentes a denúncias e reclamações nas áreas do patrimônio público, consumidor e cidadania. Os casos foram encaminhados às promotorias de Justiça para investigação.

O serviço pode ser acessado pelo site www.mp.pb.gov.br e pelo e-mail atendimento.cidadao@mp.pb.gov.br.

Vacinas vencidas

Onze bebês receberam doses da vacina contra o rotavírus com prazo de validade vencido, em João Pessoa. O caso está sendo investigado pelo MPPB, que já solicitou à Secretaria Municipal de Saúde providências para melhorar o controle e a distribuição das vacinas.

Medicamentos

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sousa ingressou com 52 ações na Justiça para garantir medicamentos a pacientes de baixa renda. As ações foram movidas entre março e a primeira quinzena de abril.

Detentas são mordidas por ratos

O Governo do Estado tem até maio para resolver os problemas estruturais do Presídio Feminino de Patos. Segundo a promotora Miriam Vasconcelos, a situação é “desumana” e algumas presas foram mordidas por ratos porque há celas com esgoto quebrado. O secretário Carlos Mangueira já autorizou a realização de serviços emergenciais, como conserto dos frigoríficos, desentupimento do esgoto e restauração da fiação elétrica, que é de 1955.



Presas vivem em cela com esgoto quebrado

Interdição da cadeia pública

O Ministério Público requereu na Justiça a interdição da Cadeia Pública de Cajazeiras, devido às péssimas condições do prédio, à superlotação e à presença de homens e mulheres no mesmo espaço. A ação civil pública pediu também a transferência imediata das detentas para unidades prisionais femininas.

Cobrança da “zona azul” é alvo de ação judicial

Ministério Público entra na Justiça para requerer anulação de contrato da Prefeitura de Patos com empresa privada



Cobrança da “zona azul” em Patos é feita por empresa, sem autorização prevista em lei

O Ministério Público da Paraíba entrou com uma ação civil pública na 4ª Vara de Justiça da Comarca de Patos (a 299,2 quilômetros de João Pessoa) para solicitar a anulação do contrato celebrado entre a Superintendência de Trânsito e Transporte (STTrans) do município e a empresa privada Millenium Engenharia Ltda e a proibição da cobrança pela utilização dos estacionamentos públicos da cidade (a “zona azul”).

A Promotoria de Justiça constatou que a cobrança da “zona azul” foi regulamentada pela STTrans através de uma portaria e não por lei, o que configura usurpação de

competência, já que cabe à Câmara de Vereadores delimitar os locais de operação dos estacionamentos rotativos pagos na cidade e não à STTrans, órgão administrativo ligado à Prefeitura.

O MPPB alegou que a operação do sistema da “zona azul” e a atividade de fiscalização não podem ser feitas por empresa particular, por se tratar de exercício de poder de polícia e, portanto, de atividade estatal. A promotoria também constatou a inexistência de licitação fora das hipóteses de dispensa, já que não ficou comprovada a situação de emergência alegada pela Prefeitura para contratar empresa privada responsável pela cobrança do estacionamento em local público.

Concursos são suspensos

Irregularidades em licitações levaram o Ministério Público a recomendar a suspensão de concursos públicos, nos municípios de Patos e Mamanguape.

Em Patos, o processo seletivo que oferecia 972 vagas para a administração pública do município foi anulado. Em Mamanguape, foram suspensas as inscrições para o concurso público da Câmara de Vereadores que oferecia 35 vagas.

No dia 29 de março, a Promotoria do Patrimônio Público da Comarca de Patos realizou uma audiência com o prefeito Nabor Wanderley e com o representante do Idasb (empresa que estava responsável pela elaboração do concurso) para propor um termo de ajustamento de conduta (TAC). A Prefeitura se comprometeu a fazer nova licitação para contratar

empresa especializada na realização de concurso na modalidade de licitação “melhor preço” ou “técnica e preço” (e não “carta-convite” como havia feito).

Os candidatos que efetuaram o pagamento das inscrições para o concurso anulado já foram ressarcidos pela Prefeitura.

Em Mamanguape, o MPPB recomendou à Advise Consultoria e Planejamento Ltda (empresa responsável pelo concurso) que devolvesse até o dia 20 de abril o valor da inscrição aos candidatos que já tivessem efetuado o pagamento. A Câmara de Vereadores, por sua vez, foi orientada a anular o contrato realizado com a empresa para a realização do concurso. Também foi proposto um TAC para assegurar que o novo processo seletivo obedeça às normas legais.



Membros do Ministério Público e do TCE analisam documentos

Órgãos fazem inspeção no município de Catingueira

A Comissão de Combate à Improbidade Administrativa e à Irresponsabilidade Fiscal do MPPB e o Tribunal de Contas do Estado fizeram uma inspeção no município de Catingueira (a 340,2 quilômetros de João Pessoa) para apurar supostas irregularidades cometidas pelo prefeito José Edvan Félix nos exercícios financeiros de 2005 e 2006.

O material colhido será usado para a elaboração de relatórios finais que serão encaminhados ao procurador-geral de Justiça, Oswaldo Trigueiro Filho, para que ele ofereça ou não denúncia contra o gestor.

Foram analisados folha de pagamento, contratos, licitações, a aplicação de recursos do Fundeb (Fundo da Educação Básica), entre outros.

Fornecimento regular de água é garantido

Cagepa fará plano emergencial para abastecer moradores de Mamanguape que estão sem água há sete meses

A Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa) foi obrigada pela Justiça a iniciar as obras de expansão da rede para garantir o abastecimento contínuo de água nos bairros Gurguri e Sertãozinho, em Mamanguape (a 48 quilômetros da Capital).

A decisão judicial acatou a ação civil pública movida pela Promotoria de Justiça do Consumidor e determinou que a gerência regional da Cagepa elaborasse, até o dia 14 de abril, o cronograma mensal de abastecimento imediato nessas localidades, através do fornecimento de água em dias alternados ou em carros-pipa.



Com pouca água nas torneiras, moradores enfrentam dificuldades para fazer tarefas domésticas. Serviços públicos também são prejudicados

A companhia foi proibida de cobrar dos consumidores que sofrem com a falta d'água a fatura mensal desde outubro de 2009 até o restabelecimento

total dos serviços e de efetuar cortes e cobrar taxas de religação relativos a esse período. O descumprimento das determinações resultará em multa diária de R\$ 1 mil.

Problema dura anos

Há cinco anos, os moradores dos bairros Gurguri e Sertãozinho sofrem com a falta de água.

A situação piorou nos últimos sete meses, período em que houve total desabastecimento.

Segundo a promotora Ana Caroline Moreira, o problema repercute na saúde pública. "Sem água, a situação de higiene torna-se precária, propiciando o aparecimento de doenças como verminoses, doenças de pele e respiratórias. As escolas e os postos de saúde também não funcionam a contento", disse.

MP pede substituição de contratados

Substituir os servidores com contratos temporários por candidatos aprovados em concurso público. Esse é o objetivo da ação civil pública movida pelo Ministério Público, no final de março, contra o município de Cajazeiras (a 461 quilômetros da Capital).

A ação tramita na 4ª Vara de Justiça e foi baseada no procedimento instaurado através de denúncias de candidatos. "Foi realizada uma auditoria pelo Tribunal de Contas do Estado e foram requisitados documentos da Prefeitura que constataram a existência de centenas de contratações irregulares que burlavam o concurso", disse o promotor Ismael Lacerda.

Segundo ele, apesar de ter realizado concurso em 2008, a Prefeitura ainda não nomeou todos os aprovados e contratou temporários para ocupar as vagas do concurso.

EM PRINCESA ISABEL

Obras do museu devem ser concluídas

A Promotoria de Justiça da Comarca de Princesa Isabel (a 445,2 quilômetros de João Pessoa) ingressou com ação civil pública na Justiça contra o município, a empresa Comtérmica e a Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado da Paraíba (Suplan) para garantir que as obras de reparação do prédio onde vai funcionar o museu da cidade sejam concluídas.

Em 2004, a Prefeitura e o Estado firmaram um convênio para recuperar o prédio conhecido como "Armazém do Algodão" e instalar o museu. Na época, a Prefeitura conseguiu, através de contrato com a Fundação Augusto dos

Anjos, quase R\$ 200 mil para realizar a obra.

A Comtérmica ganhou a licitação aberta pela Suplan e iniciou as obras em novembro de 2005. Um mês depois, os trabalhos foram paralisados, porque a empresa alegou a necessidade de acréscimo no valor do contrato.

A Suplan autorizou o acréscimo e efetuou o pagamento. Apesar disso, as obras não foram concluídas. O promotor de Justiça Diogo Pedrosa Galvão ouviu a secretária de

Educação e Cultura, que confirmou o abandono do prédio, mas não soube informar as razões da paralisação dos serviços.



Prédio onde deve funcionar o museu está abandonado

Fecomp cobra transparência nos gastos com infância

Medida normativa pretende melhorar políticas públicas e garantir que o dinheiro seja utilizado de forma eficaz

O Tribunal de Contas (TCE) acatou a solicitação do Fórum Estadual de Cooperação entre os Ministérios Públicos (Fecomp) e vai encaminhar

às prefeituras e ao Governo do Estado uma medida normativa para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 (LDO), em relação aos orçamentos e

gastos governamentais na área da infância e juventude. A LDO é a base para a elaboração do orçamento e deve ser votada até 20 de junho pelo Legislativo.

A ideia é fazer com que os gestores deem mais transparência e organização às previsões orçamentárias das despesas relativas à infância e à juventude em qualquer área (saúde, educação, assistência social, etc).

A medida deve dizer quais as penalidades nos casos de desatenção ou descumprimento das normas editadas, inclusive com a desaprovação das contas dos municípios.



Proposta dos Ministérios Públicos é baseada no princípio da prioridade absoluta à criança

Prioridade absoluta

A medida normativa proposta pelo Fecomp ao TCE se baseia no princípio constitucional da absoluta prioridade à criança e ao adolescente e tem como objetivo garantir que o dinheiro público seja utilizado de forma eficaz em programas, projetos e ações capazes de combater problemas que comprometem o futuro de meninos e meninas na Paraíba.

De acordo com o Ministério da Educação, uma em cada dez crianças paraibanas abandona a escola. Em 2009, a Secretaria Especial de Direitos Humanos encaminhou ao MPPB 632 denúncias de maus-tratos, negligência, abandono, violência física e exploração sexual contra crianças e adolescentes que foram feitas pelo serviço "Disque 100". Os casos foram encaminhados às promotorias de Justiça para que sejam investigados.

Dados do Ministério Público revelam ainda que, em média, a cada seis horas, um adolescente é representado na Justiça porque praticou algum ato infracional (os mais comuns são furtos, roubos e drogas). Segundo a promotora de Justiça da Infância Infracional da Comarca da Capital, Ivete Arruda, a Paraíba "está perdendo seus meninos e meninas para o crack" e é necessário que os gestores elaborem políticas públicas para o enfrentamento das drogas.

Conselheiros tutelares são afastados

Três conselheiros tutelares do município de Bayeux (na Grande João Pessoa) foram afastados do cargo pela Justiça a pedido do Ministério Público.

Josivaldo Farias de Albuquerque, Maria do Desterro Oliveira dos Santos e Ideltone Ribeiro Soares foram afastados porque eram filiados a partidos políticos.

De acordo com a promotora Renata Carvalho da Luz, a lei municipal 11050/2009 proíbe a filiação partidária aos conselheiros tutelares. "Eles ficarão afastados até o final do julgamento e os suplentes assumirão os cargos", disse.

EM CAMPINA GRANDE

MP pede laudos sobre a água

A Promotoria da Infância e Juventude de Campina Grande requisitou à Secretaria Municipal de Saúde e à Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa) a apresentação de laudos recentes com as análises físico-química e bacteriológica da água fornecida para consumo humano na cidade.

Segundo o promotor Herbert Targino, o objetivo é verificar se a água oferecida às cem mil crianças nas creches e escolas públicas atende ao padrão de qualidade exigido pelo Ministério da Saúde.

No dia 15 de abril, a

Vigilância em Saúde de Campina Grande informou que os relatórios das análises laboratoriais são enviados à Secretaria Estadual de Saúde. O MP ainda aguarda o envio dos relatórios por parte da Cagepa.



Cem mil crianças bebem água nas escolas públicas de CG

Escolas clandestinas são “depósitos de crianças”

Promotorias constataam problemas graves que colocam em risco a vida dos alunos e pedem fechamento de unidades

Cerca de 200 escolas de educação infantil e berçários particulares que funcionam clandestinamente na Capital serão fiscalizados, até junho, pelo Conselho Municipal de Educação a pedido do Ministério Público da Paraíba.

No dia 17 de março, o relatório sobre a inspeção realizada em 13 unidades revelou a situação precária a que estavam submetidas crianças de um a seis anos de idade. Seis escolas funcionam em casas populares, antigas, pequenas e insalubres que colocam em risco a segurança dos alunos.

A inspeção também detectou a presença de crianças com seis anos de idade nas escolas clandestinas Berçário Reino Encantado, Instituto Gente Pequena e Centro Educacional Sonho de Criança. A promotora da

Educação, Fabiana Lobo, considerou o fato grave e determinou que os alunos fossem matriculados na rede regular de ensino. “Essas crianças estavam sendo prejudicadas em seu processo de alfabetização e corriam o risco de perder o ano letivo”, explicou.

Precariedade

Em abril, foram constatados problemas graves (como alimentos contaminados com fezes de barata, fiações expostas, produtos vencidos e falta de higiene) em mais quatro unidades. OMP recomendou o fechamento das escolas Tia Noerita, El-shaday e Despertar para a Vida. Apenas a escola Paraíso da Criança apresentou boas condições e foi orientada a regularizar sua situação.



Materiais de limpeza ao alcance de crianças; alimentos vencidos e contaminados com fezes de baratas eram servidos aos alunos

Salas do maternal foram fechadas

Creches municipais e estaduais de Campina Grande também foram fiscalizadas pela Promotoria da Infância e Juventude, nos últimos meses.

No dia 22 de março, a direção da creche estadual José Joffily atendeu à recomendação do MP e

fechou as turmas do maternal I e II.

O promotor Herbert Targino encontrou crianças do maternal sentadas no chão porque não havia cadeiras e mesas. As salas só foram reabertas depois que a Gerência de Ensino resolveu o problema.

Transporte de estudantes é garantido, em Piancó

Estudantes de Piancó (a 391,9 quilômetros de João Pessoa) tiveram o direito ao transporte escolar gratuito garantido graças à atuação do Ministério Público da Paraíba (MPPB).

No início de março, a Justiça determinou prazo de 72 horas para que a Prefeitura restabelecesse o fornecimento do transporte aos alunos de cursos profissionalizantes e superiores até a cidade de Patos, onde estão localizadas as unidades de ensino. A decisão foi

favorável à ação civil pública movida pela Promotoria de Justiça da Comarca de Piancó. Em caso de descumprimento, a Prefeitura pagará multa diária de R\$ 1 mil.

De acordo com o promotor de Justiça Elmar Thiago Pereira de Alencar, em novembro de 2009, o MP recebeu a denúncia feita por um parlamentar mirim sobre a interrupção do serviço de transporte gratuito aos estudantes que moram em Piancó e estudam, à noite, em Patos.

Alguns alunos correram o risco de serem reprovados por número excessivo de faltas e queda no rendimento escolar. Muitos foram obrigados a esperar, de madrugada, por caronas nas estradas.

A Promotoria solicitou o pronunciamento da administração municipal sobre a reclamação. “A prefeita de Piancó, uma vez notificada, permaneceu em retumbante inércia. Em 2010, o problema persistiu e os estudantes prejudicados se mobilizaram e acionaram

o Ministério Público, apresentando um abaixo-assinado e cópia integral da Lei Orgânica do município que garante a disponibilização do transporte. O transporte vinha sendo efetivado há vários anos, sendo interrompido estranhamente de súbito, juntamente com outros serviços. Diversos municípios vizinhos, inclusive de menor porte, ofereciam e continuam a oferecer a condução aos alunos”, comparou o promotor de Justiça.

Torcidas assinam termo de ajustamento de conduta

Integrantes que praticarem vandalismo, brigas e contravenções penais serão proibidos de assistir aos jogos

As torcidas organizadas Império Alvinegro, Fogomania, Força Independente Anjinhos do Belo, Fúria Independente do Botafogo, Bota Paz nos Estádios, Bota Chopp e Torcida Jovem do Botafogo assinaram, no início de março, o termo de ajustamento de conduta (TAC) proposto pelas Promotorias do Cidadão e do Consumidor da Capital e se comprometeram a combater a violência nos estádios de futebol.

A multa por descumprimento do TAC é de R\$ 5 mil, para torcidas com mais de cem

integrantes, e de R\$ 1 mil, para as com menos de cem.

Até o início de maio, as torcidas deverão enviar seus estatutos registrados em cartório ao MPPB, à Federação Paraibana de Futebol (FPF) e ao clube para o qual torcem.

Um banco de dados com o cadastro de todos os integrantes das torcidas ficará à disposição do MP, da polícia militar e da FPF.

As torcidas devem estabelecer normas para evitar tumultos, brigas, vandalismo, apologia ao crime ou contravenção penal e, caso se envolvam em atos



Torcidas devem criar normas para evitar violência dentro e fora dos estádios

de violência, poderão ser impedidas de entrar nos estádios por até um ano. Quem persistir com as brigas fora dos estádios será levado ao Juizado Especial Criminal. Não será

permitida a entrada nos estádios da Capital de mastros, instrumentos de charanga, bateria e outros objetos que coloquem em risco a integridade física das pessoas.

Empresas combinavam preço do gás



Quadrilha era formada por empresários e funcionários; 14 foram presos

O Ministério Público da Paraíba, a Polícia Federal (PF) e a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça desmontaram o esquema de combinação de preços feito por empresas de distribuição e revenda do gás de cozinha em várias cidades do Nordeste.

Catorze pessoas foram presas e 28 mandados de busca e apreensão

cumpridos na Paraíba, Pernambuco, Bahia e São Paulo, no dia 11 de março. O esquema teria começado em Campina Grande (a 120 quilômetros de João Pessoa). A estimativa é de que o lucro indevido das empresas no Nordeste ultrapasse R\$ 95 milhões.

Seis mandados de prisão foram cumpridos em Fortaleza, no Ceará,

quando gerentes das distribuidoras envolvidas se reuniam em um hotel para combinar o aumento de preços do gás de cozinha. Os envolvidos no esquema foram indiciados por formação de cartel, crime contra a ordem econômica e formação de quadrilha.

O MP entrou com ação civil pública na Justiça por danos coletivos. O prejuízo social, só em Campina Grande, é estimado em R\$ 57 milhões ao ano.

INVESTIGAÇÕES

Documentos da Agência Nacional do Petróleo apontaram indícios da combinação de preços do gás de cozinha, em Campina Grande e região. As investigações foram feitas pelo Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado do MPPB e pela PF.

Fábrica de arroz é interditada

Uma fábrica de arroz foi interdita no município de Riacho dos Cavalos (a 428 quilômetros de João Pessoa), após inspeção realizada pelo Ministério Público e por fiscais do Ministério da Agricultura.

Várias irregularidades foram encontradas no local. A Promotoria de Justiça determinou a instauração de procedimento criminal e a empresa só voltará a funcionar quando regularizar a situação e a documentação. Segundo o promotor Ítalo Mácio de Oliveira Sousa, os funcionários não tinham equipamentos de proteção individual e as embalagens do produto não traziam informações como prazo de validade e nome da empresa, o que viola o Código de Defesa do Consumidor.